



**Poder Judiciário do Maranhão  
Tribunal de Justiça**

**CLIPPING IMPRESSO**

**13/04/2015**

# INDICE

---

1. ASSESSORIA	
1.1. JORNAL PEQUENO.....	1 - 2
2. JUÍZES	
2.1. JORNAL PEQUENO.....	3



# Justiça & Cidadania

Antonio Carlos

[acarloslua@folha.com.br](mailto:acarloslua@folha.com.br)

## Uma questão de Justiça

A luta dos jornalistas para restabelecer a ordem jurídica na profissão continua e poderá ter um desfecho nas próximas semanas com a votação, na Câmara dos Deputados, da Proposta de Emenda à Constituição (PEC 206/2012).

A proposta restitui a exigência de diploma de curso superior em Comunicação Social, para o exercício da profissão de jornalista.

A polêmica sobre o diploma para o exercício do jornalismo – um dos pilares da profissão – teve início em junho de 2009, quando o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou inconstitucional o Decreto-Lei 972/69, que estabelece a exigência do diploma na carreira.

A evolução das mídias exige profissionais de jornalismo cada vez mais qualificados, não apenas do ponto de vista técnico, mas, sobretudo, ético.

Exigir formação acadêmica para a realização de uma atividade profissional específica, sensível e importante como o jornalismo, não é cercear a liberdade de expressão de alguém.

A desregulamentação do diploma para efeitos de registro profissional prejudica não só a categoria dos jornalistas, como também a sociedade, que não contará mais com uma salvaguarda mínima.

É razoável exigir que pessoas que prestam à população esse ser-

viço sejam profissionais graduados, preparados para os desafios de uma atividade tão sensível e fundamental, que repercute diretamente na vida do cidadão em geral.

Jornalistas têm uma visão particular da função que exercem e recorrem a técnicas para desenvolver seu trabalho, tendo uma deontologia própria que ajuda a circunscrever os limites de sua atuação no campo social do trabalho.

Não é uma questão só de talento. É uma atividade complexa, dinâmica e depende muito da formação técnica de quem a exerce.

É uma questão de rigor, de critérios, de vontade, de vocação, de indignação social, de habilidade de escrita, de agilidade no raciocínio.

Saber escrever um lead, fazer um perfil e editar um bloco de notícias são algumas das atividades exclusivas a jornalistas. Da mesma forma, fazer petições, escrever uma defesa ou representar um cliente nas barras de um tribunal são funções de um advogado.

Sem jornalistas reconhecidos política e juridicamente não se pode falar em liberdade de expressão ou Estado Democrático de Direito.

O mundo muda constantemente, as sociedades tornam-se mais complexas, o trabalho passa a ser dividido cada vez mais e certos conhecimentos se desenvolveram de tal forma que se constituem hoje terrenos próprios de saber.

A exigência do diploma de jornalismo é uma questão de Justiça e fundamental para o aprofundamento do processo democrático no Brasil.

## *Centrais sindicais intensificarão luta pela reforma política democrática*

Dirigentes das principais centrais sindicais do Estado do Maranhão, lideranças de classe, filiados e apoiadores da CUT, CTB, Força Sindical, Conlutas, Nova Central Sindical e Intersindical intensificarão nas próximas semanas a coleta de assinaturas públicas em defesa da Reforma Política Democrática, movimento que prioriza o sistema de eleições limpas para o país e luta contra a corrupção eleitoral.

A decisão foi tomada logo após a palestra do juiz de Direito Marlon Reis, na última sexta-feira, 10, em São Luís. A palestra foi promovida pelo Sindicato dos Servidores da Fiscalização Agropecuária do Estado do Maranhão (Sinfa), vinculados a Agência de Defesa Agropecuária do Maranhão (Aged). Pela manhã, dirigentes do Sinfa e entidades de classe se reuniram com o Governador Flávio Dino para fazer a entrega do projeto de iniciativa popular da reforma política democrática. Entregue pelo juiz Marlon Reis, o projeto luta pela proibição do financiamento de campanha por empresas e adoção do financiamento democrático de campanha; eleições proporcionais em dois turnos, paridade de gênero na lista preordenada e pelo fortalecimento dos mecanismos da democracia direta com a participação da sociedade em decisões nacionais importan-

tes. Participaram ainda da solenidade representantes da OAB, CNJ, Arquidiocese São Luís e Associação dos Magistrados.

A palestra com o juiz Marlon Reis, que apresentou os caminhos para uma reforma política democrática teve a participação de mais de 130 pessoas e foi prestigiada pelo presidente do Sinfa, Francisco Saraiva; o presidente da Aged, Sebastião Anchieta; Cleinaldo Lopes, presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais; Raimundo Costa, presidente do Sindicato dos Bancários; Noletto, do Sindsalem, Wender Robert, presidente do Sindicato dos Técnicos Agrícolas e representantes de parlamentares e universitários da Faculdade Estácio de Sá.

O juiz de Direito é um dos líderes da Coalizão Democrática pela Reforma Política e Eleições Limpas. Marlon Reis é um dos fundadores do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral e um dos principais idealizadores do projeto de iniciativa popular que culminou com a aprovação da Lei da Ficha Limpa.

“Esse é o mais importante assunto hoje do Brasil. Estamos falando do sistema político brasileiro”, disse Reis. Logo após a palestra o juiz Marlon Reis respondeu as perguntas formuladas pelos presentes e autografou o livro “Nobre Deputado”.